



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

# Relatório

Diagnóstico Local de Segurança  
Estudo Exploratório - Funchal

Ana Isabel Sani & Laura M. Nunes

# Relatório

## Diagnóstico Local de Segurança (DLS) Estudo Exploratório - Funchal

### Coordenadores do estudo

Ana Isabel Sani (OPVC-UF<sup>1</sup>)  
Laura M. Nunes (OPVC-UF<sup>1</sup>)  
Jerónimo Emiliano Santos Pina (CMF<sup>2</sup>)  
Iolanda Catarina G. P. do Vale Lucas (CMF)

### Colaboradores na recolha de dados

Ana Clara Gonçalves de Melim (UF<sup>1</sup>)  
Carmen Sofia Silva Barros (CMF)  
Eliana Catia dos Santos (CMF)  
Fátima Raquel Castro Serrão (CMF)  
Igor João Pereira Santos (CMF)  
João Milton Pereira Santos (CMF)  
Marco Aurélio Silva Torres (CMF)  
Marlene Josefina das Neves Sousa (CMF)  
Pedro Alexandre Freitas Carreira (CMF)  
Carla Beatriz Rosário Teles (CMF)  
Sofia José Gouveia Martins (CMF)  
Cristina Pereira (UF<sup>1</sup>)  
Diana Vanessa Silva Ochoa (UF<sup>1</sup>)  
João Paulo Martins Nunes (UF<sup>1</sup>)  
Rogerio Orlando de Gouveia Freita (UF<sup>1</sup>)  
Sara Luisa Meijer Loja (UF<sup>1</sup>)

### Colaborador nas análises de dados

Joana Araújo

**ISBN: 978-989-643-176-1**

Universidade Fernando Pessoa, Porto

2022

---

<sup>1</sup> Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UF<sup>1</sup>)

<sup>2</sup> Câmara Municipal do Funchal (CMF)

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Caracterização da cidade do Funchal .....</b>	<b>3</b>
<b>Enquadramento Conceptual .....</b>	<b>5</b>
<b>Método .....</b>	<b>8</b>
<b>O Inquérito: Resultados .....</b>	<b>9</b>
A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS .....	9
B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA .....	13
C. VITIMAÇÃO .....	19
D. CONTROLO SOCIAL .....	29
E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	35
<b>Análise Reflexiva dos Resultados.....</b>	<b>40</b>
<b>Referências.....</b>	<b>44</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>47</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....	9
Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.....	9
Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.....	10
Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.....	10
Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.....	10
Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.....	11
Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.....	11
Tabela 8. Distribuição por frequências relativamente a se vive ou não só.....	12
Tabela 9. Perceção de (in)segurança.....	13
Tabela 10. Fundamentos para a perceção de (in)segurança.....	14
Tabela 11. Perceção da evolução da criminalidade.....	14
Tabela 12. Fundamentos para a perceção da evolução da criminalidade.....	16
Tabela 13. Perceção dos crimes mais praticados.....	16
Tabela 14. Perceção dos crimes mais temidos.....	17
Tabela 15. Condições favorecedoras do crime.....	18
Tabela 16. Incivilidades identificadas.....	18
Tabela 17. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.....	19
Tabela 18. Tipologia de crimes para a vitimação.....	20
Tabela 19. Consequências da vitimação.....	20
Tabela 20. Período do dia em que ocorreu o crime.....	21
Tabela 21. Local de ocorrência do crime.....	21
Tabela 22. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.....	22
Tabela 23. Relação ofensor - vítima.....	22
Tabela 24. Contacto / não contacto com as autoridades.....	22

Tabela 25. Motivos para o contacto/não contacto com as autoridades. ....	23
Tabela 26. Formalização/Não formalização da queixa.....	23
Tabela 27. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.....	24
Tabela 28. Quem foi vítima de crime. ....	24
Tabela 29. Crime de que foi vítima essa pessoa. ....	25
Tabela 30. Consequências da vitimação (vitimação indireta) .....	26
Tabela 31. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).....	26
Tabela 32. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta). ....	27
Tabela 33. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta). ..	27
Tabela 34. Relação ofensor – vítima (vitimação indireta).....	27
Tabela 35. Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta). ....	28
Tabela 36. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).....	28
Tabela 37. Perceções da ação dos agentes de autoridade. ....	29
Tabela 38. Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade. ....	30
Tabela 39. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade. ....	30
Tabela 40. Fundamentação da (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade. ..	31
Tabela 41. Frequência do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.....	32
Tabela 42. Fundamentação do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos. ....	33
Tabela 43. Frequência de recurso a entidades formais. ....	34
Tabela 44. Anos residência /estudo no Funchal. ....	35
Tabela 45. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida. ....	36
Tabela 46. Mudanças percebidas para o aumento da segurança.....	37
Tabela 47. Presença / Ausência de ligação do indivíduo ao local onde estuda atualmente. ..	38
Tabela 48. Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.....	38

# Índice de Figuras

Figura 1. Dados comparativos dos Censos 2011-2021 (Fonte: INE)	4
Figura 2. Narrativas contraditórias quanto à (in)satisfação com a atuação da polícia	32
Figura 3. Narrativas contraditórias quanto o recurso às entidades de apoio.	34

# Introdução

---

O Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa em parceria com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), desenvolveu um estudo de Diagnóstico Local de Segurança (DLS) naquela cidade da ilha da Madeira, estabelecendo-se, assim, uma ponte entre a investigação científica e a sua aplicação, tendo em vista o aumento do sentimento de segurança na cidade (Nunes, & Sani, 2013a; Sani & Nunes, 2020). Este estudo, de carácter exploratório e avaliativo, pretendeu fazer um levantamento de informações pertinentes e úteis, para que, posteriormente à análise dos dados assim recolhidos, fosse possível adequar as estratégias de ação de segurança na cidade do Funchal, atendendo às suas especificidades.

O envolvimento ativo dos cidadãos na comunidade é fundamental para o desenvolvimento de atividades de segurança (Silva, 2010; Sani & Nunes, 2013b). Por meio de um relacionamento de reciprocidade entre a sociedade e as forças de segurança, é possível identificar os fatores potenciadores da criminalidade e obter um conhecimento mais profundo de cada comunidade, através de um levantamento de informações que possibilitem o desenvolvimento de um diagnóstico realista, considerando as perceções das populações. Surge, assim, uma maior aproximação ao cidadão, de forma mais proativa e em constante interação com o meio envolvente (Lisboa & Dias, 2008; Nunes & Sani, 2016; Sani & Nunes, 2013b). Com a concretização destes diagnósticos – os designados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS) - as forças de segurança, as autarquias e outras entidades públicas e privadas, podem ter acesso a resultados que apontem a eventual necessidade de reforço da segurança e de adequação ou ajuste das medidas a tomar, sempre e cada vez mais adaptadas a cada comunidade e à sua realidade (Direção Geral de Administração Interna [DGAI], 2009; Sani & Nunes, 2013a), como se pretende no contexto do Funchal.

Esta investigação pretendeu estudar a cidade do Funchal e a sua população, tanto residente, como trabalhadora e estudantil, obtendo, deste modo, um conhecimento mais profundo das características que se salientam entre os que todos os dias se movimentam naquele local, procurando captar a perceção de segurança/insegurança dessa população, as suas experiências de vitimação, a sua opinião relativamente aos meios in/formais de controlo social que ali operam, bem como em relação à atuação policial e, acrescente-se, procurando ainda compreender o envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade (Sani & Nunes, 2021).

Este é o relatório referente ao estudo, no qual se apresentam os resultados obtidos por via do desenvolvimento de uma pesquisa de desenho exploratório, observacional, com base no método do inquérito e apoiado pela técnica do questionário, sendo transversal e baseado no autorrelato. A estrutura pensada para o relatório apresentará primeiramente a caracterização da cidade do Funchal, seguida de um enquadramento teórico para, posteriormente, serem apresentados os resultados a partir dos quais se extrairão as conclusões, a apresentar no final.



# Caracterização da cidade do Funchal

---

A Região Autónoma da Madeira (RAM) é um arquipélago localizado no Oceano Atlântico Oriental, onde a mesma é constituída pela Ilha da Madeira, Ilha do Porto Santo, Ilhas Selvagens e Ilhas Desertas, tendo uma área total de 801,5 Km<sup>2</sup>. A RAM é administrada por um Governo Regional, com sede no concelho do Funchal, a sua capital.

O nome da cidade do Funchal deriva da planta *Foeniculum vulgare*, a planta do funcho e, de acordo com relatos, resultou do facto de se avistar um espaço denso em arvoredos e funcho quando ali se atracava. Aquela planta, não só terá dado o nome à cidade, como se encontra muito presente na gastronomia local (Câmara Municipal do Funchal, 2021). De acordo com a mesma fonte, o açúcar e o vinho da região foram ocupando lugar de destaque na economia local, a ponto de integrarem o brasão da cidade.

Ainda de acordo com a Câmara Municipal do Funchal (2021), aquela cidade foi das primeiras capitânicas da ilha da Madeira, e o seu desenvolvimento permitiu que rapidamente as paróquias autónomas passassem a vila e, posteriormente, a município, passando a cidade em 1508. Ponto fulcral e mercantil participou em trocas comerciais e culturais com o mundo a quem deu a conhecer os seus produtos, internacionalmente apreciados. Assim, afirma a autarquia, a cidade do Funchal é rica em diversidade de frutos, flores, bordados, e muito mais, possuindo mar e serra, num registo diferenciado, e sendo constituído por dez freguesias - Sé, São Pedro, Santa Maria Maior, São Gonçalo, Santa Luzia, Imaculado Coração de Maria, São Roque, Santo António, São Martinho e Monte - o município representa 10% da RAM.

De acordo com os dados dos Censos 2021 (Instituto Nacional de Estatística - INE<sup>3</sup>), a população do Funchal concentra sensivelmente 42,2% da população residente na RAM (250.769 habitantes), contendo cerca de 105.795 habitantes (49.148 Homens e 56.647 Mulheres), constatando-se uma redução populacional da ordem dos 5,3%. São Martinho é a freguesia do Funchal que contém o maior número de habitantes (26.931 - 12417

---

<sup>3</sup> [https://ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

Homens e 14.514 Mulheres) correspondendo a cerca de 25,5% da população da cidade, seguindo-se-lhe Santo António, que em 2011 era a freguesia mais populosa, mas que em 2021 apresenta um total de 25.948 habitantes (12.298 Homens e 13.650 Mulheres). A freguesia menos populosa desta cidade é a freguesia da Sé, contendo apenas 2.875 habitantes (1.286 Homens e 1.589 Mulheres), que concentra cerca de 2,7% da população total do Funchal (cf. Figura 1).

Sexo ▲ Freguesia	H			M			Total		
	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.
Funchal (Santa Luzia)	2 462	2 669	-7,8%	3 028	3 197	-5,3%	5 490	5 866	-6,4%
Funchal (Santa Maria Maior)	5 494	6 209	-11,5%	6 276	7 143	-12,1%	11 770	13 352	-11,8%
Funchal (São Pedro)	3 283	3 311	-0,8%	3 922	3 962	-1,0%	7 205	7 273	-0,9%
Funchal (Sé)	1 286	1 110	15,9%	1 589	1 546	2,8%	2 875	2 656	8,2%
Imaculado Coração de Maria	2 628	2 919	-10,0%	2 999	3 288	-8,8%	5 627	6 207	-9,3%
Monte [Funchal]	2 685	3 078	-12,8%	3 109	3 623	-14,2%	5 794	6 701	-13,5%
Santo António [Funchal]	12 298	13 046	-5,7%	13 650	14 339	-4,8%	25 948	27 385	-5,2%
São Gonçalo	2 590	2 942	-12,0%	3 216	3 645	-11,8%	5 806	6 587	-11,9%
São Martinho [Funchal]	12 417	12 335	0,7%	14 514	14 145	2,6%	26 931	26 480	1,7%
São Roque [Funchal]	4 005	4 454	-10,1%	4 344	4 931	-11,9%	8 349	9 385	-11,0%
<b>Total</b>	<b>49 148</b>	<b>52 073</b>	<b>-5,6%</b>	<b>56 647</b>	<b>59 819</b>	<b>-5,3%</b>	<b>105 795</b>	<b>111 892</b>	<b>-5,4%</b>

Figura 1. Dados comparativos dos Censos 2011-2021 (Fonte: INE)

Uma vez apresentada a região, é chegado o momento de se passar à apresentação de um breve enquadramento conceptual do estudo.

# Enquadramento Conceptual

---

O Funchal, enquanto município da ilha da Madeira, consiste numa área com características específicas, e que importa analisar bem através de um DLS que possibilite uma avaliação comunitária, tendo em vista a emissão de resultados conducentes a conclusões úteis, que permitam o acesso a um esquema de inteligibilidade sobre os fenómenos criminais ali presentes, bem como sobre a perceção e o medo do crime, reportados pela população local.

É esse esquema de inteligibilidade que sustenta a edificação de programas de prevenção eficazes, aos níveis primário, secundário e terciário (Sani, Nunes, & Caridade, 2019), não sendo esquecidos, evidentemente, as dimensões do impacto dos espaços físicos implicados nos comportamentos, designadamente, nas condutas criminosas, tão bem apontados por Jeffery (1999). Acrescem ainda as considerações a ter relativamente a outros elementos como os associados aos mecanismos de controlo social formal e informal aí instalados (Hirschi, 2002), bem como as perceções das populações a respeito da criminalidade e da (in)segurança sentida nas ruas por quem nelas circula.

Este estudo, à semelhança da generalidade dos DLS's (Azevedo, Nunes, & Sani, 2020), serve o propósito de levar ao maior e mais aprofundado conhecimento a respeito da comunidade em análise, perseguindo uma modalidade de avaliação dos problemas sob uma perspetiva das Ciências Sociais, para que se atinjam resultados facilitadores do trabalho que os agentes de polícia desenvolvem diariamente sobre a segurança naquela comunidade. Segundo diversos autores (e.g., Kapardis, 2010; Nunes, Sani, & Dinis, 2020), a investigação científica no domínio social tem vindo a ganhar influência sobre o funcionamento e as estratégias policiais, nos mais diversos contextos de atuação. Acresce ainda o facto de a imprevisibilidade, decorrente de certas especificidades e das dificuldades em operar em determinadas áreas urbanas muito específicas, impor cada vez mais a focalização de atenção sobre os agentes de segurança (Paton, Violanti, Burke, & Gehrke, 2009) e, também, sobre as populações locais atendendo às suas perceções e necessidades.

As questões ligadas à (in)segurança carecem de uma contextualização em termos sociais, económicos e culturais (Nunes & Trindade, 2013) e, conseqüentemente, o moderno conceito de policiamento implica a consideração de uma filosofia baseada em ideias que potenciem a criação/organização de mecanismos estratégicos adequados, suportados por parcerias dinâmicas e assentes na construção do conhecimento, e essencialmente voltadas para a implementação de técnicas ancoradas na resolução dos problemas das populações (Members and Committees of Congress, 2009). Os estudos a respeito da segurança localmente avaliada por relato das populações são poucos e muito limitados a países Anglo-Americanos, sobretudo em determinadas populações específicas (Sani, Nunes, Azevedo, & Sousa, 2019), como parece ser o caso dos locais do Funchal.

Assim, através do desenvolvimento deste estudo, poderá haver um fortalecimento da uma aliança colaborativa entre polícia e poder local e comunidade do Funchal, num registo de observância de quatro princípios básicos (Skogan & Frydler, 2004): i) enquadramento comunitário, numa postura voltada para a ii) resolução de problemas, mediante a iii) transformação organizacional das próprias estruturas de controlo social, a que se deve juntar a atenção à iv) prevenção do crime.

Enfim, as exigências decorrentes das drásticas mudanças sentidas nas modernas sociedades, designadamente na sequência do desenvolvimento do processo de globalização, impõem essa articulação entre polícia e cidadãos (Bengochea, Guimarães, Gomes, & Abreu, 2004; Ferreira & Borges, 2020), sobretudo nas áreas mais urbanizadas e com considerável densidade populacional (Fischer & Green, 2004).

Nessas comunidades, em que parecem ter-se instalado condições favorecedoras do crime (Skolnick & Bayley, 2006), deve procurar-se a contextualização da ação criminosa, através da adequação de instrumentos de avaliação desenhados para captar as especificidades de cada comunidade (Sani & Nunes, 2013b). Sendo esse o ponto de vista de que partiu a ideia dos DLS's, parece pertinente salientar que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu tais análises no conjunto de princípios, que apontou como referenciais para a conjugação de respostas integradas de prevenção criminal, e que passam a apresentar-se (United Nations Office on Drugs and Crime, 2006):

- i. Deve, sempre que possível, passar-se à realização de estudos que possibilitem o levantamento de diagnósticos locais sobre o crime, as suas características, os fatores que o potenciam, as formas como se manifesta e a maneira como se faz sentir;
- ii. Igualmente importante é a identificação dos atores sociais envolvidos e que revelem um papel significativo, que possa contribuir para esses estudos de diagnóstico local;
- iii. Em associação às alíneas anteriores, como facilmente se adivinhará, deve apostar-se no estabelecimento de mecanismos promotores/facilitadores da troca de informações, através do estabelecimento de parcerias e de estratégias concertadas;
- iv. Por último, mas nem por isso menos importante, aponta-se a adoção de uma postura de procura de possíveis soluções para os problemas, sempre de forma localmente contextualizada.

Os domínios do crime e da segurança/insegurança sentidos pela população afetam as componentes social, económica e de desenvolvimento das comunidades (Carrión, 2002). No domínio da vitimação, o acesso às situações sofridas pelas pessoas ou pelos que delas são próximos, é de central importância podendo ser geradoras de futuras situações de vulnerabilidade e medo.

Ora, o medo afeta particularmente a vida diária das pessoas, pelo que importa percebê-lo para se definirem as medidas mais adequadas (Eckert, 2002; Singer, Chouhy, Lehmann, Walzak, Gertz, & Biglin, 2018). Efetivamente, hoje goza-se de um acesso a informação que é benéfico, muito embora esse acesso a relatos de crime e vitimação, por exemplo por parte dos meios de comunicação social, pode também potenciar a instalação de medo nas populações (Pimentel, Gunther, & Black, 2012). No campo do controlo social e da garantia de segurança, é igualmente importante analisar as perceções a respeito das instituições de controlo social formal. Efetivamente, as respostas policiais ao crime podem relacionar-se com a forma como evolui o fenómeno (Neme, 2005), podendo contribuir para a instalação de uma sensação de insegurança e de medo do crime. De facto, a atuação policial e a atitude mais colaborativa com a comunidade por parte dos agentes é necessária para a manutenção da ordem e a redução do crime (Gwardyński & Zboina, 2021). Assim, atendendo ao que até aqui foi apresentado e através deste estudo procurar-se-á mais facilmente contribuir para a instalação de um modelo de policiamento mais adaptado à atual ideia de prevenção do

crime (Skolnick & Bayley, 2006), tendo-se em consideração a especificidade da população do Funchal.

Assim, avançamos para o desenvolvimento de um diagnóstico local de segurança (DLS) na cidade do Funchal para:

- Levantamento de dados sociodemográficos da área urbana avaliada;
- Caracterização da perceção de (in)segurança dos sujeitos avaliados;
- Conhecimento acerca das experiências de vitimação direta e indireta;
- Apreciação pela população sobre o controlo social (formal e informal);
- Avaliação do envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade.

## Método

---

Atendendo aos objetivos traçados para o DLS do Funchal optou-se por um estudo baseado num inquérito, suportado pela técnica do questionário, neste caso para levantamento de dados do DLS (Sani & Nunes, 2013b), anteriormente construído para este fim.

O questionário usado para a concretização do DLS do Funchal é composto por cinco partes: A) dados sociodemográficos; B) perceção de segurança; C) vitimação; D) controlo social formal; e E) participação comunitária.

A seguir apresentam-se os resultados do estudo do DLS do Funchal, cujo cronograma de concretização decorreu entre abril de setembro de 2021 (cf. Apêndice).

# O Inquérito: Caracterização da Amostra

## A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Foram inquiridos, no total, 3390 indivíduos ( $n$  amostral) de ambos os sexos (cf. Tabela 1), com idades compreendidas entre os 18 e os 90 anos, sendo a correspondente média de 44.0 anos, com um desvio padrão de  $\pm 16.7$ , numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu aos 20 anos (cf. Tabela 2).

1.1. Sexo		
Respostas	$n$	%
Masculino	1831	54.0
Feminino	1559	46.0
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

1.2. Idade		
Respostas	$n$	%
Dos 18 aos 23	421	12.4
Dos 24 aos 29	345	10.2
Dos 30 aos 35	335	9.9
Dos 36 aos 41	390	11.5
Dos 42 aos 47	406	12.0
Dos 48 aos 53	355	10.5
Dos 54 aos 65	669	19.7
Dos 66 aos 90	456	13.5
Não responde	13	0.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo vivem/trabalham/estudam no Funchal, tratando-se de pessoas cuja nacionalidade era maioritariamente portuguesa (97.5%), havendo também uma percentagem muito reduzida (2.5%) de indivíduos de nacionalidade estrangeira – Venezuela, Brasil, Inglaterra, Alemanha, Japão, Ucrânia e África (cf. Tabela 3).

<b>1.3. Nacionalidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Portuguesa	3305	97.5
Estrangeira	85	2.5
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

Através das informações recolhidas foi possível verificar que a amostra incluiu predominantemente indivíduos casados ou em união de facto solteiros (46.2%), seguindo-se o grupo dos solteiros (40.1%) e, por fim, com uma reduzida percentagem, o grupo dos indivíduos divorciados ou separados (8.3%) e dos viúvos (5.4%) (cf. Tabela 4).

<b>1.4. Estado civil</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Solteiro/a	1360	40.1
Casado/a ou União de facto	1565	46.2
Divorciado/a ou Separado/a	283	8.3
Viúvo/a	182	5.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos de escolaridade, a amostra caracterizou-se por frequentar, sobretudo, o ensino secundário (39.0%), seguindo-se o ensino superior (23.0%), apesar de uma percentagem muito reduzida ter bacharelato (0.2%). Verificou-se, ainda, uma prevalência do 3º ciclo (15.4%), como para o 1º ciclo do ensino básico (12.8%). Apenas 0.2% da amostra se apresentava sem escolaridade (cf. Tabela 5).

<b>1.5. Escolaridade</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
1.º CEB/Primária	433	12.8
2.º CEB/Preparatório	294	8.7
3.º CEB/Unificado	549	16.2
Ensino Secundário	1321	39.0
Ensino Superior	785	23.2
Sem escolaridade	8	0.2
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.



No que diz respeito ao tipo de residência (cf. Tabela 6), mais de metade da amostra referiu habitar numa casa (58.6%), sendo que uma parte significativa referiu viver em apartamento (35.4%). Importa referir que 5.5% da amostra foi classificada em outro, considerando-se aqui as deslocações temporárias de habitação para estudo ou trabalho.

<b>1.6. Tipo de habitação</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Apartamento	1200	35.4
Casa	1987	58.6
<b>Outro</b>	187	5.5
Sem Especificação	9	0.3
Não responde	7	0.2
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.

Em relação à situação ocupacional (cf. Tabela 7), a maioria da amostra referiu ser trabalhador/a (78.1%), seguindo-se os estudantes (12.4%). De entre as pessoas reformadas (1.4%), a maioria referiu que esta situação advém da condição de invalidez. A situação ocupacional referida “outra”, de entre doméstico/a (0.2%), trabalhador/a – estudante (0.2%), formandos de Curso de Instrução Técnica (CIT) e beneficiário/a de rendimento social de inserção (RSI) (0.1%).

<b>1.7. Situação ocupacional</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Estudante	422	12.4
Trabalhador/a	2647	78.1
Desempregado/a	254	7.5
Reformado/a	45	1.4
<b>Outra:</b>		
Doméstico/a	6	0.2
Trabalhador/a – Estudante	6	0.2
Curso de Instrução Técnica (CIT)	3	0.1
Beneficiário/a RSI	2	0.1
Não responde	5	0.1
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.

Quando questionados sobre se viveriam sós ou não, os participantes no estudo referiram, na sua maioria, que não vivem sós (89.6%). Constatou-se ainda que, em 10.4% dos casos, os indivíduos viviam sozinhos (cf. Tabela 8).

<b>1.8. Com quem vive</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Refira se vive só		
Sim	352	10.4
Não	3038	89.6
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 8. Distribuição por frequências relativamente a se vive ou não só.

Os resultados antes apresentados encerram a caracterização sociodemográfica da amostra, passando-se de seguida a análise da parte B, referente às perceções da população quanto à segurança/insegurança na área urbana do Funchal.

## B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

A percepção das populações a respeito da in/segurança é extremamente relevante, para que se possa aferir o que se passa em cada comunidade e como pode ser delineada uma atuação que vá ao encontro das necessidades da área e das populações.

De acordo com os participantes prevalece na população da cidade do Funchal e relativamente a esta área urbana, um sentimento de segurança (83.2%), em detrimento de alguma insegurança sentida (16.8%) por um grupo mais restrito de pessoas (cf. Tabela 9).

2.1. Estuda/trabalha numa área segura		
Respostas	n	%
Sim	2820	83.2
Não	570	16.8
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 9. Percepção de (in)segurança.

De acordo com as justificações dos inquiridos (cf. Tabela 10), a percepção de segurança sustentava-se sobretudo na sua “experiência/observação/conhecimento” (39.6%) tal como podemos ver refletidas em algumas das verbalizações (e.g., “*não tenho conhecimento de casos de criminalidade*”). A segurança era também justificada pela caracterização que cerca de 18% faz da zona do Funchal como uma “área calma” (e.g., “*...é uma zona calma, sem muito movimento, com poucas pessoas e as que existem são civilizadas e pouco suspeitas.*”) e que cerca 14% dos inquiridos refere “Haver pouca/nenhuma criminalidade/perigo” (e.g., “*Considero a área que resido segura, pois não existe um elevado grau de criminalidade, mas mesmo assim temos que tomar as devidas precauções.*”).

As razões para a insegurança sentida por outros inquiridos estava relacionada com a “Presença de crime perigo” (6.6%) sem outra especificação (e.g., “*Existe muito a situação das drogas, roubos, violência*”) ou de forma objetiva à “Frequência de população desviante (drogas/álcool/prostituição/sem abrigo)” (6.2%) na região do Funchal (e.g.,

“Existe muito tráfico de droga e como tal toxicodependência. Como tal, tudo o que isso implica. Desde roubos, abordar as pessoas a pedir dinheiro, etc”).

<b>2.1.a. SIM - considera ser uma área segura por:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Experiência/observação/conhecimento	1343	39.6
Ser uma área calma	615	18.1
Haver pouca/nenhuma criminalidade/perigo	479	14.1
Controlo social formal (policciamento)	69	2.0
Controlo social informal (vizinhos, família, amigos)	64	1.9
Características dos espaços e acessos	18	0.5
Comparação c/ outras áreas	16	0.5
<b>Total parcial</b>	<b>2604</b>	<b>76.7</b>
<b>NÃO - considera ser uma área insegura por:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Presença de crime / perigo	225	6.6
Frequência de população desviante (drogas/álcool/prostituição/sem abrigo)	209	6.2
Experiência/observação/conhecimento	59	1.7
Escassez/ limitação de policiamento	21	0.6
Haver estruturas físicas degradadas (bairro)	8	0.2
Predominantemente noturna	3	0.1
Ausência de controlo social informal	3	0.1
<b>Total parcial</b>	<b>528</b>	<b>15.5</b>
Responde de modo contraditório	41	1.2
Não sabe/Não responde	217	6.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 10. Fundamentos para a perceção de (in)segurança.

A perceção sobre a evolução da criminalidade na área urbana do Funchal foi outra das variáveis em análise, revelando os resultados que 62.6% da amostra considerou ter havido um aumento do crime, contrariamente a 37.4%, que apontou a não existência de crescimento do crime (cf. Tabela 11).

<b>2.2. Aumento de criminalidade na zona onde estuda</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	2122	62.6
Não	1268	37.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 11. Perceção da evolução da criminalidade.

Os fundamentos para o aumento do crime residem, sobretudo, no que os inquiridos referem ser a sua “Experiência/observação/conhecimento” (14.7%) com o fenómeno criminal (e.g., “*Por defeito de profissão advogada, não só tem aumentado como o grau de violência com que são cometidos os crimes é maior*”), a crise pandémica trazida pela pandemia da Covid-19 (13.1%) (e.g., “*Derivado à pandemia*”; *Devido a situação actual aumentando o stress poderá ter aumentado a criminalidade.*) ou a visibilidade ocasionada pelos meios de comunicação social (10.4%) (e.g., “*Têm havido mais notícias a reportar crimes*”). Outros argumentos foram ainda apontados, embora numa percentagem significativamente inferior como a “Ocorrência de roubos/assaltos/furtos” (8.5%) (e.g., “*Cada vez mais roubos*”) ou a os “Problemas económicos/desemprego” (8.0%) (e.g., “*Acho que devido a falta de trabalho e o aumento da crise, as pessoas com mais dificuldade acaba por cometer mais roubos e assaltos*”) como razões que segundo alguns inquiridos justifica o aumento do crime.

A justificação mais apontada para a perceção de não aumento do crime estava, para 33.6% da amostra, igualmente fundada na “Experiência/observação/conhecimento” (e.g., “*não tem havido relatos de criminalidade*”).

<b>2.2.a. SIM – a criminalidade tem aumentado por:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Experiência/observação/ conhecimento	499	14.7
Situação pandémica	444	13.1
Percebido pelos media	351	10.4
Ocorrência de roubos/assaltos/drogas	287	8.5
Problemas económicos/desemprego	270	8.0
Presença de desvio / pessoas estranhas	138	4.1
Presença de conflitos/violência	30	0.9
Reduzido controlo social formal	19	0.6
Reduzido controlo social informal	14	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>2052</b>	<b>60.5</b>
<b>NÃO – a criminalidade não tem aumentado porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Experiência/observação/conhecimento	1140	33.6
Percebido pelos media	28	0.8
Situação pandémica	21	0.6
Controlo social formal	16	0.5
Controlo social informal	2	0.1
<b>Total parcial</b>	<b>1207</b>	<b>35.6</b>
Responde de modo contraditório	17	0.5

Não sabe/Não responde	114	3.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 12. **Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.**

Quanto à tipologia de crimes mais frequentemente identificada pelos 3390 inquiridos (cf. Tabela 13) destacaram-se o “tráfico de drogas” (29.0%) e, com valores muito próximos, o crime de “roubo (ex: esticção)” (28.6%) e “assalto a residência” (28.2%). Seguem-se outros crimes reconhecidos como frequentes por diferentes percentagens de inquiridos, como se pode ver na tabela seguinte.

Com valores residuais constante na categoria “outros” (3.0%) foram ainda mencionados pelos inquiridos crimes como a “agressão verbal” ou a “extorsão”.

<b>2.3. Crimes que mais frequentemente ocorrem na área</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Desconhece / Nenhum	1055	31.1
Tráfico de drogas	982	29.0
Roubo (ex: esticção)	970	28.6
Assalto a residência	956	28.2
Furto (ex: automóvel)	813	24.0
Assalto a estabelecimento comercial	617	18.2
Danos a espaços/equipamentos públicos	593	17.5
Agressão física	429	12.7
Burla	344	10.1
Violência doméstica contra/entre namorados/cônjuges	301	8.9
Crimes rodoviários	255	7.5
Ofensa sexual	158	4.7
Violência doméstica contra/entre menores	123	3.6
Violência doméstica contra /entre idosos	122	3.6
Tráfico de armas	36	1.1
Outros (e.g., Agressão verbal, Extorsão, Homicídio, Pedofilia, Vandalismo)	20	0.6

Tabela 13. **Percepção dos crimes mais praticados.**

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes neste estudo (cf. Tabela 14) destacaram-se o “assalto a residência”, temido por 47.9%, logo seguido do “roubo (ex: esticção)” (36.9%) e da “agressão física”, apontado por 28.6%.

<b>2.4. Crimes mais temidos, naquela área da cidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Assalto a residência	1623	47.9
Roubo (ex: esticção)	1252	36.9
Agressão física	971	28.6
Furto (ex: automóvel)	907	26.8
Tráfico de drogas	872	25.7
Desconhece / Nenhum	597	17.6
Assalto a estabelecimento comercial	558	16.5
Burla	426	12.6
Ofensa sexual	419	12.4
Danos a espaços/equipamentos públicos	367	10.8
Violência doméstica contra/entre namorados/cônjuges	345	10.2
Crimes rodoviários	320	9.4
Tráfico de armas	274	8.1
Violência doméstica contra /entre idosos	272	8.0
Violência doméstica contra/entre menores	271	8.0
Outros (e.g., Homicídio, Terrorismo, Vandalismo)	16	0.4

Tabela 14. **Percepção dos crimes mais temidos.**

As características identificadas mais frequentemente pelos inquiridos como sendo potencialmente favorecedoras do crime (cf. Tabela 15) foram a “consumo de drogas/álcool” (69.9%), a “pobreza/desemprego” (67.8%), os “problemas familiares” (29.9%) e, ainda, o “policimento deficitário” (29.6%).

<b>2.5. Condições apontadas como favorecedoras do crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Consumo de drogas/álcool	2368	69.9
Pobreza/Desemprego	2298	67.8
Problemas familiares	1014	29.9
Policimento deficitário	1005	29.6
Reduzido movimento durante a noite	784	23.1
Pouca severidade para com os ofensores	712	21.0
Conflitos e delinquência juvenil	662	19.5
Presença de pessoas estranhas	635	18.7
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	546	16.1
Má iluminação pública	391	11.5
Desconhece/ Nenhum	371	10.9

Maus acessos/arruamentos	297	8.8
Ausência de espaços verdes/de lazer	278	8.2
Outros (e.g.: falta de ocupação, ganância, inveja)	8	0.2

Tabela 15. **Condições favorecedoras do crime.**

Um número considerável de participantes no estudo identificou incivilidades específicas (cf. Tabela 16) na cidade do Funchal, tais como “deixar fezes de animais de companhia na via pública” (51.4%), “produzir ruído na via pública” (41.4%), “urinar na via pública” (40.5%), e “dispersar lixo pela rua” (37.4%). As restantes incivilidades, embora com frequências de outra ordem de grandeza, apresentam-se suficientemente presentes naquela área. Destaque-se que, entre os que mencionaram “outros”, apontam-se a existência de consumos de drogas na via pública, cuspir na via pública, etc.

<b>2.6. Incivilidades observadas</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Deixar fezes de animais de companhia na via pública	1741	51.4
Produzir ruído na via pública	1402	41.4
Urinar na via pública	1372	40.5
Dispensar lixo pela rua	1267	37.4
Estacionar de forma caótica	1097	32.4
Violar regras de trânsito	805	23.7
Peditórios ilegais	796	23.5
Desconhece / Nenhum	337	9.9
Outros	13	0.4
Consumo de drogas na via pública	7	0.2
Cuspir na via pública	6	0.2

Tabela 16. **Incivilidades identificadas.**



## C. VITIMAÇÃO

### Vitimação direta

Nesta parte do relatório procurou-se revelar a percentagem de indivíduos que poderá ter sido vítima de crime, bem como as circunstâncias e consequências dessa vivência de vitimação, no período dos últimos 5 anos, assim como obter uma estimativa, para o mesmo período temporal, do fenómeno de vitimação indireta, tentando saber se os inquiridos terão ou não pessoas conhecidas, que possam ter sido alvo de algum crime, na cidade do Funchal. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto com as autoridades e se daí resultou ou não formalização da queixa, bem como captar a maior ou menor satisfação com a atuação policial.

<b>3.1. Vítima de crime nos últimos 5 anos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Não	3083	90.9
Sim	307	9.1
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 17. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Do total dos inquiridos, apenas 9.1% revelou ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Tabela 17), sendo que todos os restantes (90.9%) afirmaram não ter sofrido qualquer vitimação. Os resultados seguintes analisam o tipo de crime de que terão sido vítimas, bem como algumas características relativas à situação de vitimação. Para os 3083 participantes que afirmaram não ter sido alvo de qualquer crime, tais itens não seriam aplicáveis, pelo que esses sujeitos deixaram de constar nas tabelas.

Relativamente aos crimes de que foram vítimas os 307 sujeitos desta amostra (cf. Tabela 18) foram indicados o “assalto a residência” como o mais representativo (18.6%), seguido do “roubo” (11.7%) e do “assalto a estabelecimento” (11.4%), salientando-se a seguir o crime de “agressão física” (9.8%). O crime patrimonial revela-se ainda, embora com menor percentagem em categorias como “assalto a atutomóvel” e o “furto”, ambas

com a 7.5%, assim como o “assalto na via pública” (6.2%). Foram ainda reveladas ocorrências de “violência doméstica” (5.5%), “burla” (4.6%) e “ofensa sexual” (3.9%).

<b>3.1.1. Crime de que foi vítima</b>		
Assalto a residência	57	18.6
Roubo	36	11.7
Assalto a estabelecimento	35	11.4
Agressão física	30	9.8
Assalto a automóvel	23	7.5
Furto	23	7.5
Assalto na via pública	19	6.2
Burla	14	4.6
Ofensa sexual	12	3.9
Dano em vatura	9	2.9
Assédio sexual	7	2.3
Furto de viaturas	6	2.0
Ataque de cães	2	0.7
Crime de contrafacção de moeda falsa	1	0.3
Falsificação de documentos	1	0.3
Não responde	15	4.9
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 18. Tipologia de crimes para a vitimação.

Relativamente às consequências sofridas pelas vítimas (cf. Tabela 19), constatou-se que os “danos materiais” (73.0%) foram os mais frequentemente apontados, havendo outros prejuízos referidos, como “danos psicológicos” (36.4%) e “danos físicos” (23.5%). Esta separação por categorias, obviamente, não restringe a possibilidade de haver consequências múltiplas da vitimação, existindo de facto situações em que, dependendo do tipo de crime, são apontados danos distintos.

<b>3.1.2. Danos sofridos pelas vítimas</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Danos materiais	224	73.0
Danos psicológicos	112	36.4
Danos físicos	72	23.5

Tabela 19. Consequências da vitimação.

A análise da realidade criminal tomando a perspectiva da vítima e as circunstâncias associadas à ocorrência do crime, possibilitam uma compreensão mais alargada do fenómeno criminal e da reação social ao crime. É precisamente sobre alguns desses aspetos que nos debruçamos de seguida.

Em termos de enquadramento temporal (cf. Tabela 20), os participantes que foram vítimas de situações criminais referiram o período diurno (48.5%) como aquele em que mais frequentemente ocorreram as situações criminais, comparativamente à ocorrência noturna indicada por 43.0% da amostra.

<b>3.1.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Dia	149	48.5
Noite	132	43.0
Não sabe	26	8.5
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 20. Período do dia em que ocorreu o crime.

De acordo com os participantes que foram alvo de uma experiência de vitimação, a “rua” (38.8%), tal como o local “casa” (38.8%) foram os locais mais frequentemente apontados (cf. Tabela 21). Os “estabelecimentos” (19.9%) foram outro dos locais específicos indicados. Registe-se que a vitimação no mundo “online”, embora menos expressiva foi também um dos locais reportados (0.1%),

<b>3.1.4. Local em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Em casa	119	38.8
Na rua	119	38.8
Outro local:		
Estabelecimento	61	19.9
Online	3	1.0
Não responde	5	1.6
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 21. Local de ocorrência do crime.

Por altura da ocorrência, a maioria dos participantes (46.9%) encontrava-se “sozinho”, 26.4% estava “Acompanhado” e 26.7% não soube precisar qual seria a situação aquando da ocorrência (cf. Tabela 22).

<b>3.1.5. Nessa altura a vítima encontrava-se:</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Sozinho	144	46.9
Acompanhado	81	26.4
Não sabe	82	26.7
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 22. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Na análise à proximidade relacional ofensor-vítima (cf. Tabela 23), verificou-se que o autor do crime era sobretudo um “estranho” (49.2%), enquanto para 20.5% dos participantes o autor do crime era “conhecido” da vítima. Para 30.3% dos participantes não foi possível essa identificação.

<b>3.1.6. O ofensor era:</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>n</i></b>	<b>%</b>
Estranho	151	49.2
Conhecido	63	20.5
Não sabe	93	30.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 23. Relação ofensor - vítima.

Importa agora saber se as ocorrências mencionadas resultaram em contactos com as autoridades policiais e se, desse mesmo contacto, resultou a formalização da queixa.

<b>3.1.7. Contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b><i>N</i></b>	<b>%</b>
Não	115	37.5
Sim	192	62.5
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 24. Contacto / não contacto com as autoridades.

Pela Tabela 24 foi possível constatar que o contacto com as autoridades foi realizado por 62.5% dos participantes, sendo que os restantes (37.5%) não contactaram a polícia. Os motivos subjacentes a qualquer das decisões podem ser apreciados na Tabela seguinte.

<b>3.1.7.a. SIM - contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Confia	83	27.0
Vale a pena	53	17.3
Seguradora	16	5.2
Outro:		
Dever cívico	19	6.2
Expectativa de resolução	9	2.9
Não respondeu	12	3.9
<b>Total parcial</b>	<b>192</b>	<b>62.5</b>
<b>NÃO - não contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Não vale a pena	96	31.3
Medo	9	2.9
Não confia	5	1.6
Outro:		
Contacto por terceiros	2	0.7
Não houve necessidade	1	0.3
Não respondeu	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>115</b>	<b>37.5</b>
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 25. **Motivos para o contacto/não contacto com as autoridades.**

Segundo os participantes, o contacto com as autoridades (cf. Tabela 25) dá-se porque a pessoa “confia” (27.0%) ou porque “vale a pena” (17.3%). Outras razões foram a “seguradora” (5.2%), ser um “dever cívico” (6.2%) ou “expectativa de resolução” (2.9%). Quanto aos motivos para o não contacto (cf. Tabela 25), a maioria das vítimas (31.3%) considerou que “não vale a pena” fazê-lo, havendo um pequena percentagem que não contactou por “medo” (2.9%) e porque “não confia” (1.6%). Por último, foram também apontados “outros” motivos (e.g., “contacto por terceiros”; “Não houve necessidade”).

<b>3.1.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Não	147	47.9
Sim	160	52.1
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 26. **Formalização/Não formalização da queixa.**

Do contacto com as autoridades policiais (cf. Tabela 26) resultaram 160 formalizações da queixa (52.1%) e 147 dos participantes optaram pela não formalização (47.9%).

## Vitimação indireta

A experiência de vitimação pode afetar-nos também indiretamente (*vitimação indireta*), quando alguém próximo é vítima de crime. Neste sentido questionámos os participantes deste estudo sobre se conheciam alguém que tivesse sido alvo de crime nos últimos 5 anos, naquela região.

Nos últimos 5 anos, a maioria dos inquiridos referiu “não”, afirmando que nenhum seu conhecido ou colega foi vítima de crime na área onde reside/trabalha (82.1%) (cf. Tabela 27), outros participantes referiram que “sim” (17.9%).

<b>3.2 Vitimação indireta nos últimos 5 anos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Não	2782	82.1
Sim	608	17.9
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 27. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.

De acordo com os participantes que experienciaram a vitimação por terceiros ( $n=608$ ), a maioria referiu que estes eram “vizinhos” (33.4%). No entanto, há a salientar outras vítimas como “familiar” (15.0%), “amigo” (15.0%), “colega” (14.0%) ou “conhecido” (14%), o que remete para o carácter relacional próximo das figuras alvo de crime (cf. Tabela 28).

<b>3.2.a Quem foi vítima de crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Vizinhos	203	33.4
Familiar	96	15.8
Amigo	91	15.0
Colega	85	14.0
Conhecido	85	14.0
Comerciante	18	3.0
Cliente	5	0.8
Patrão	3	0.5
Não responde	22	3.6
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 28. Quem foi vítima de crime.

Relativamente aos crimes elencados de que foi vítima essa pessoa (cf. Tabela 29), os inquiridos revelaram que o “assalto a residência” fora o mais frequente (23.5%), logo seguido do “roubo” (12.7%), do “assalto a estabelecimento” (10.4%) e do “assalto na via pública” (9.0%). A frequência estatística salientou ainda o crime de “violência doméstica” (7.4%) com uma percentagem muito próxima do “furto” (7.2%). O mesmo aconteceu relativamente à menção à “agressão física” (5.4%) com igual percentagem que o crime de “assalto a automóvel” (5.4%). O crime patrimonial revela-se ainda, embora com menor percentagem em categorias como o “furto de viaturas”, o “dano em viatura” ou a “burla” entre outros. Foram também mencionados crimes violentos como o “homicídio”, assim como violência sexual em múltiplas designações (e.g., assédio, ofensa, violação).

<b>3.2.1 Crime de que foi vítima essa pessoa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Assalto a residência	143	23.5
Roubo	77	12.7
Assalto a estabelecimento	63	10.4
Assalto na via pública	55	9.0
Violência doméstica	45	7.4
Furto	44	7.2
Agressão física	33	5.4
Assalto a automóvel	33	5.4
Furto de viaturas	23	7.8
Dano em viatura	14	2.3
Burla	12	2.0
Danos à propriedade	11	1.8
Homicídio	10	1.6
Assédio sexual	7	1.2
Ofensa sexual	5	0.8
Cibercrime	3	0.5
Ofensas verbais	2	0.3
Perseguição	2	0.3
Violação	2	0.3
Assalto no Multibanco	1	0.2
Crime rodoviário	1	0.2
Ocupação ilegal de propriedade	1	0.2
Represalias	1	0.2
Roubo de identidade	1	0.2
Não responde	19	3.1
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 29. Crime de que foi vítima essa pessoa.

No âmbito da vitimação indireta, foi referido pelos inquiridos que as pessoas suas conhecidas terão sofrido sobretudo danos materiais (79.4%) (cf. Tabela 30). Outros prejuízos foram os “danos psicológicos” (36.5%) e os “danos físicos” (26.0%).

<b>3.2.2. Tipo de danos que sofreu essa pessoa:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Danos Materiais	483	79.4
Danos Psicológicos	222	36.5
Danos Físicos	158	26.0

Tabela 30. **Consequências da vitimação (vitimação indireta)**

De acordo com os inquiridos, foi no período da noite (46.7%) que ocorreu a maioria dos crimes de que foram vítimas os conhecidos dos participantes deste estudo (cf. Tabela 31). O período do dia foi assinalado por 41.3% dos participantes e, ainda, 12% dos inquiridos, não soube precisar em que altura do dia ocorreu o crime

<b>3.2.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Noite	284	46.7
Dia	251	41.3
Não responde	73	12.0
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 31. **Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).**

É possível constatar o predomínio de situações de vitimação ocorridas “na rua”, revelado por 42.8% dos participantes, sendo que 40.6% dos sujeitos indicou que o crime ocorreu “em casa”. Para além do referido, 81 sujeitos indicaram que o crime havia acontecido em “outro local”, como o “estabelecimento”, havendo ainda indicação de vitimação “online” (cf. Tabela 32).



<b>3.2.4. Local em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Em casa	247	40.6
Na rua	260	42.8
Outro:		
Estabelecimento	79	13.0
Online	2	0.3
Não sabe/Não responde	20	3.3
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 32. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta).

A vítima conhecida de alguns dos sujeitos que integraram a amostra, no momento do crime, encontrava-se “sozinha” (41.1%). Já para 20.6% as vítimas estavam acompanhadas e 38.3% não soube precisar com quem a vítima se encontrava na altura do crime (cf. Tabela 33).

<b>3.2.5. Nessa altura a vítima encontrava-se</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sozinho	250	41.1
Acompanhado	125	20.6
Não sabe	233	38.3
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 33. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta).

A relação ofensor-vítima (cf. Tabela 34) foi igualmente analisada para a vitimação indireta, tendo-se verificado que a maioria dos ofensores era “estranho” (42.3%).

<b>3.2.6. O ofensor era:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Estranho	257	42.3
Conhecido	117	19.2
Não sabe	234	38.5
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 34. Relação ofensor - vítima (vitimação indireta).

Relativamente ao contacto feito pela vítima com as autoridades, a maioria (63.2%) referiu que os seus conhecidos contactaram autoridades, 17.4% mencionou que a vítima optou por não contactar a polícia e 19.4% indicou não saber se a vítima havia contactado ou não as forças policiais (cf. Tabela 35).

<b>3.2.7. A vítima conhecida contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	384	63.2
Não	106	17.4
Não sabe	118	19.4
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 35. **Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

Relativamente à formalização da queixa podemos verificar que das 53.6% de pessoas referiu tê-lo feito, ao contrário de 19.2% que não formalizou a queixa e 27.1% que simplesmente não soube precisar (cf. Tabela 36).

<b>3.2.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	326	53.6
Não	117	19.2
Não sabe	165	27.1
<b>Total/n</b>	<b>608</b>	<b>100.0</b>

Tabela 36. **Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).**

## D. CONTROLO SOCIAL

O estudo permitiu conhecer a perceção da população sobre as forças de segurança revelando que cerca de 74.9% dos inquiridos considerou que os agentes trabalham de forma a garantir “sempre” ou “quase sempre” a segurança. Porém, é importante salientar que, numa percentagem inferior os inquiridos consideraram que os agentes de polícia “quase nunca” (19.9%) ou “nunca” (5.1%) fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade (cf. Tabela 37).

<b>4.1. Os agentes de autoridade garantem segurança</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sempre	761	22.4
Quase sempre	1781	52.5
Quase nunca	674	19.9
Nunca	174	5.1
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 37. Perceções da ação dos agentes de autoridade.

De acordo com os 61.1% inquiridos que justificaram a sua satisfação com a garantia de segurança dada pelas autoridades (cf. Tabela 38), 23.7% considerou que isso se verifica porque os agentes revelaram “desempenho das suas funções” (e.g., “*Pelo que vejo costumam manter a ordem; Eles fez-me tudo o podem*”), 18% porque há “suficiente policiamento” (e.g., “*Zona com bom policiamento*”), 16.2% porque é feito esse esforço da parte das autoridades, não obstante as limitações de condições (e.g., “*Porque não estão em todos os sitios ao mesmo tempo, falta elementos policiais*”; “*Porque se calhar não há agentes suficientes*”) ou como referiu 3.2% verifica-se “disponibilidade de apoio” (e.g., “*Por que sempre que alguém precisa de ajuda eles estão sempre disponíveis*”).

No que diz respeito aos inquiridos que afirmaram que os agentes “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir segurança (cf. Tabela 37), 16.2% alegou sobretudo “défice/limitação de policiamento” (e.g., “*falta de patrulha; nao ha policiamento*”) (cf. Tabela 38).

<b>4.1.1. SEMPRE ou QUASE SEMPRE - agentes garantem a segurança por:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Desempenho das suas funções	801	23.7
Suficiente policiamento	611	18.0
Esforço, com limitação de condições	550	16.2
Disponibilidade de apoio	107	3.2
<b>Total parcial</b>	<b>2069</b>	<b>61.1</b>
<b>QUASE NUNCA ou NUNCA - agentes não garantem a segurança por:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Por défice/limitação de policiamento	550	16.2
Por ineficácia do controlo social formal	175	5.2
Imagem depreciativa	51	1.5
Medo de retaliações	6	0.2
Existência de corrupção/ degradação	4	0.1
Condições de trabalho precárias	4	0.1
<b>Total parcial</b>	<b>790</b>	<b>23.3</b>
Não sabe / Não responde	211	6.2
Resposta contraditória	320	9.4
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 38. Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.

Relativamente à atuação dos agentes de autoridade, 75.8% dos inquiridos mostrou-se “muito satisfeito” ou “satisfeito”, sendo menor a percentagem (24.3%) daqueles que referiu estar “nada satisfeito” com a atuação policial (4.0%) ou “pouco satisfeito” (20.3%) com essa atuação (cf. Tabela 39).

<b>4.2. Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança.</b>		
<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Muito satisfeito	565	16.7
Satisfeito	2002	59.1
Pouco satisfeito	687	20.3
Nada satisfeito	136	4.0
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 39. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

A satisfação ou insatisfação em relação à atuação policial tem por base diferentes razões dos inquiridos que podem ser apuradas na tabela seguinte (cf. Tabela 40).

A maioria dos participantes mostrou-se “satisfeito” ou “muito satisfeito” em relação à atuação da polícia essencialmente porque considerar que estes “desempenham as suas funções” (34.0%) (e.g., “*Acho que fazem tudo aquilo que é esperado de uns agentes de segurança*”; “*Acho que fazem sempre o que está ao alcance deles para nos protegerem*”). Acresce ainda às razões de satisfação dos inquiridos, a ideia que os agentes de segurança possuem uma “atuação proactiva/disponibilidade” (8.1%) (e.g., “*Aparecem sempre que é necessário*”; “*Têm cuidados em perguntarem se tudo corre bem*”), assim como é referida a existência de “suficiente policiamento” (4.9%) (e.g., “*Eles têm uma boa resposta na sua atuação*”), a “eficácia/eficiência na atuação” (4.4%) (e.g., “*têm uma boa actuação*”) ou “prontidão de respostas” (3.4%) (e.g., “*No que toca à resposta tende a ser rápida e eficaz*”).

<b>4.2.1. MUITO SATISFEITO OU SATISFEITO- satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Desempenham as suas funções	1151	34.0
Atuação proactiva / Disponibilidade	274	8.1
Suficiente policiamento	167	4.9
Eficácia / Eficiência na atuação	150	4.4
Ausência de necessidade	139	4.1
Prontidão de respostas	115	3.4
Sentimento de segurança	61	1.8
Formação / Experiência	8	0.2
<b>Total parcial</b>	<b>2065</b>	<b>60.9</b>
<b>POUCO SATISFEITO OU NADA SATISFEITO- insatisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Escassez / Limitação de policiamento	443	13.1
Inércia/Ineficácia	109	3.2
Imagem depreciativa	95	2.8
Respostas/ Recursos mínimos	44	1.3
Atuação tardia	34	1.0
Atuação reativa ou por conveniência	14	0.4
Formação / Experiência insuficiente	4	0.1
Medo de retaliações	2	0.1
<b>Total parcial</b>	<b>745</b>	<b>22.0</b>
Resposta contraditória	338	10.0
Não sabe / Não responde	242	7.1
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 40. Fundamentação da (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Os inquiridos que responderam estar “pouco satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a atuação da polícia (cf. Tabela 40), apontam como principal razão a “escassez/limitação de policiamento” (13.1%) (e.g., “*Poderiam patrulhar mais, mas também não têm mais recursos*”), seguindo-se a ideia de “inércia/ineficácia” (3.2%) (e.g., “*Parece-me haver medo de autuar/patrulhar a zona*”).

Importa referir que 10% da amostra apresentou justificações que se contradizem com a resposta previamente assinalada (cf. Tabela 40 - “contraditório”). A ilustrar esta situação apresentam-se algumas das suas verbalizações:

Exemplos de verbalizações	
CONTRADITÓRIAS	
Muito satisfeito	<p>“Fazem um bom trabalho, mas deveriam existir mais agentes.”</p> <p>“Fazem o que podem com os meios que possuem.”</p>
Satisfeito	<p>“Acho que podiam fazer melhor trabalho.”</p> <p>“Depende, às vezes implicam por qualquer dia e outros em que não se importam com nada.”</p>
Pouco satisfeito	<p>“Porque há bons e há mais profissionais.”</p> <p>“Deviam fazer mais policiamento.”</p>
Nada satisfeito	<p>“Não abordaram da melhor maneira.”</p> <p>“A policia está distante”</p>

Figura 2. Narrativas contraditórias quanto à (in)satisfação com a atuação da polícia

Relativamente ao eventual recurso a entidades de apoio, a colegas, a amigos ou vizinhos (cf. Tabela 41), as respostas estão bastante distribuídas, muito embora em termos percentuais a maioria (52.5%) diga não carecer desse apoio, contrariamente a 47.5% daqueles que com relativa ou muita frequência recorrem a ajuda de terceiros.

#### 4.3. Frequência com que os sujeitos recorrem à ajuda das entidades de apoio

Respostas	n	%
Sempre	808	23.8
Quase sempre	805	23.7
Quase nunca	704	20.8
Nunca	1073	31.7
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 41. Frequência do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.

Vejamos, de seguida, como os participantes neste estudo fundamentaram as suas respostas a respeito da eventual solicitação de apoio a entidades locais.

O recurso a terceiros manifesta-se, essencialmente, perante a “existência de necessidade” (31.9%), da mesma forma que a não procura desse apoio também é justificada para 36.1% dos inquiridos pela “inexistência de uma necessidade” concreta (cf. Tabela 42). De acordo com apenas 9.4% dos inquiridos a busca de apoio poderá estar relacionada com “confiança /eficácia de respostas” que antecipam receber, enquanto 8.7% mencionou a “existência esporádica de necessidade”.

<b>4.3.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda das entidades de apoio</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Existência de necessidade	1080	31.9
Confiança /eficácia de respostas	320	9.4
Existência esporádica de necessidade	296	8.7
Dever/competência das autoridades	47	1.4
Preferência pelo apoio informal	29	0.9
Existência/acessibilidade de entidades	6	0.2
<b>Total parcial</b>	<b>1778</b>	<b>52.5</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA- não recorre à ajuda das entidades de apoio</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Inexistência de necessidade	1223	36.1
Preferência pelo apoio formal	112	3.3
Desconfiança/ineficácia de respostas	93	2.7
Imagem depreciativa	13	0.4
Evitamento de auto exposição	11	0.3
Inexistência/inacessibilidade de entidades	10	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>1462</b>	<b>43.1</b>
Resposta contraditória	24	0.7
Não sabe / Não responde	126	3.7
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 42. **Fundamentação do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.**

Os inquiridos que tinham respondido “nunca” ou “quase nunca” recorrerem a entidades de apoio, um número considerável (52.7%), apontou a “inexistência de necessidade” (36.1%) para o fazer e, em número bem mais reduzido, alguns outros alegaram “desconfiança/ineficácia de respostas” (2.7%), “preferência pelo apoio formal” (3.3%).

A par destas e outras justificações menos frequentes, encontramos, também aqui, indivíduos a dar respostas contraditórias (0.7%) perante a afirmação inicial de recurso ou não a ajuda de entidades de apoio.

Exemplos de verbalizações	
CONTRADITÓRIAS	
Sempre	“Confio neles, mas depende do problema.” “É a única coisa que posso fazer/dever.”
Quase sempre	“Em caso de problema recorro as entidades competentes em último caso, se puder resolver o problema, não ativo os meios.” “Após recorrer tantas vezes e ver que nada é feito nem sente que vale a pena continuar a recorrer.”
Quase nunca	“Quando tento contactar à resposta não é a indicada.” “Em casos pontuais devido a barulhos fora de horas.”
Nunca	“Não necessito e honestamente já efetuei uma queixa devido a ruído de bares e nada foi efetuado” “Não sinto necessidade, salvo em situações muito necessárias.”

Figura 3. Narrativas contraditórias quanto o recurso às entidades de apoio.

Quanto ao tipo de entidades, destaca-se a Polícia de Segurança Pública com 43.6% (cf. Tabela 43).

4.3.2. Entidades a que recorre		
Respostas	n	%
Polícia de Segurança Pública	1477	43.6
Câmara Municipal do Funchal	143	4.2
Bombeiros	108	3.2
Junta de Freguesia	44	1.3
Proteção Civil	27	0.8
Emergência Médica	16	0.5
ISS	13	0.4
Linha de Emergência Médica - 112	12	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>1840</b>	<b>54.4</b>
Não responde	1550	45.6
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 43. Frequência de recurso a entidades formais.

De seguida há apresentação dos resultados referentes ao envolvimento comunitário.



## E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A participação e o envolvimento comunitários são aspetos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de fornecerem informação a respeito do possível compromisso, por parte da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança, e quanto à eventual cooperação com as forças de controlo social formal. Evidentemente, trata-se de uma importante componente a não descurar, se se procura a definição de modelos que se coadunem com as mais modernas modalidades de garantia de segurança.

Por isso, a parte E do questionário procura averiguar há quanto tempo os inquiridos residem/estudam na área em análise para, posteriormente, analisarem questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

A partir dos dados recolhidos, constatou-se que a maioria dos inquiridos (58.6%) reside/estuda no Funchal há 3 anos ou menos, verificando-se ainda que uma percentagem considerável (64.9%) reside/estuda naquela zona há 10 ou mais anos (cf. Tabela 44).

5.1. Anos de estudo		
Respostas	<i>n</i>	%
3 Anos ou menos	578	17.1
4 a 6 Anos	312	9.2
7 a 9 Anos	300	8.8
10 Anos ou mais	2200	64.9
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 44. Anos residência /estudo no Funchal.

Tal como pode observar-se na Tabela 45, cerca de 40% dos inquiridos referiu a existência de “Menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário” (16.8%), como um elemento que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das populações. Em menor número, seguiram-se outras medidas como “Reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos” (11.7%), “mais espaços verdes/lazer” (10.7%) e “mais policiamento/segurança/videovigilância/justiça mais eficaz” (10.3%).

Repare-se que outras medidas foram sendo apontadas, muito embora com frequências menores, como pode constatar-se através da observação da Tabela 45.

<b>5.2. Mudanças para melhorar a qualidade de vida naquela área</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário	569	16.8
Reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos	398	11.7
Mais espaços verdes/lazer	363	10.7
Mais policiamento / segurança / videovigilância/justiça mais eficaz	348	10.3
Mais estacionamento	224	6.6
Mais comércio/mais infraestruturas e serviços	87	2.6
Mais educação/civismo	80	2.4
Mais postos de trabalho	78	2.3
Menos prostituição/peditórios ilegais/sem-abrigo/tráfico e consumo de drogas	73	2.2
Mais iluminação	71	2.1
Mais serviços/apoio social formal	70	2.1
Mais transportes	65	1.9
Mais educação rodoviária/menor trânsito	57	1.7
Melhores salários / preços + acessíveis (alimentação, transportes, combustível)	41	1.2
Mais população/turistas/movimento	22	0.6
Menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário/controlo sanitário	9	0.3
Prevenção criminal/droga/políticas sociais	8	0.2
<b>Total parcial</b>	<b>2563</b>	<b>75.7</b>
Não sabe/Não responde	827	24.3
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 45. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida.

Já no que se refere às mudanças sugeridas pelos inquiridos no sentido de que houvesse mais segurança no local onde residem/estudam (cf. Tabela 46), vejam-se os resultados que se seguem.

<b>5.3. Mudanças para aumentar a segurança naquela área</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Mais policiamento / segurança / videovigilância / justiça mais eficaz	2234	65.9
Menos prostituição/peditórios ilegais/sem-abrigo /tráfico e consumo de drogas	80	2.4
Reabilitação urbana / maior quantidade ou qualidade de equipamenos	76	2.2
Mais iluminação	62	1.8
Mais educação/civismo	24	0.7
Menos poluição sonora e ambiental / controlo sanitário	18	0.5
Mais serviços/apoio social formal	15	0.4
Prevenção criminal/droga/políticas sociais	9	0.3
Mais educação rodoviária / menos trânsito	8	0.2
Mais estacionamento	7	0.2
Melhores salários / preços + acessíveis (alimentação, transportes, combustível)	5	0.1
Mais transportes	5	0.1
Mais postos de trabalho	4	0.1
Mais espaços verdes/lazer	4	0.1
Mais comércio/mais infraestruturas e serviços	3	0.1
Mais população/turistas/movimento	1	0.0
<b>Total parcial</b>	<b>2555</b>	<b>75.4</b>
Não sabe/Não responde	835	24,6
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 46. Mudanças percebidas para o aumento da segurança.

Refira-se (cf. Tabela 46) que, sob o ponto de vista dos inquiridos, entre as medidas que permitiriam o aumento da segurança naquela área, destacou-se a opção “mais policiamento/segurança/videovigilância / justiça mais eficaz”, apontada por 65.9% dos participantes neste estudo. Embora com percentagens menores, foi indicada a necessidade de “menos prostituição/peditórios ilegais/sem-abrigo/tráfico e consumo de drogas” (2.4%), “reabilitação urbana / maior quantidade ou qualidade de equipamenos” (2.2%) e “mais iluminação” (1.8%). Ainda através da observação da Tabela 46, pode verificar-se que há uma série de elementos considerados como importantes para aumentar a segurança na zona de estudo dos inquiridos, embora tenham sido referidos com frequências consideravelmente menores.

Já no que se refere à ligação com o local onde atualmente estudam, os inquiridos foram questionados sobre a força ou intensidade desse mesmo vínculo (cf. Tabela 47).

<b>5.4. Força de ligação com o local onde estuda</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Muito forte	1222	36.0
Forte	1628	48.0
Pouco forte	416	12.3
Nada forte	124	3.7
<b>Total/n</b>	<b>390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 47. **Presença / Ausência de ligação do indivíduo ao local onde estuda atualmente.**

A observação dos valores que constam do Tabela 47 permite verificar que perto de metade da amostra (48.0%) afirmou ter uma ligação “forte” àquele local, e 36.0% garantiu ter um vínculo “muito forte”. Pelo contrário, 12.3% dos sujeitos classificou a sua ligação à comunidade como “pouco forte” e 3.7% disse ter uma ligação que classificava como “nada forte”.

<b>5.4.1. MUITO FORTE OU FORTE - ligação ao local onde estuda porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Reside/trabalho/estudo ali há muito tempo	976	28.8
Gosto/Orgulho/Pertença comunitária	906	26.7
Nasceu/Cresceu ali	479	14.1
Ligação instrumental/funcional	241	7.1
Zona segura/calma	130	3.8
<b>Total parcial</b>	<b>2732</b>	<b>80.5</b>
<b>POUCO FORTE OU NADA FORTE - não ligação ao local onde estuda porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Só por motivos instrumentais/funcionais	251	7.4
Não gosta/não integra	145	4.3
Reside ali há pouco tempo	75	2.2
Sensação de insegurança	19	0.6
Más condições/desertificação	9	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>499</b>	<b>14.8</b>
Resposta contraditória	7	0.2
Não sabe/Não responde	152	4.5
<b>Total/n</b>	<b>3390</b>	<b>100.0</b>

Tabela 48. **Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.**

Assim, e de acordo com o que pode observar-se na Tabela 48, as explicações dadas por aqueles que consideraram ter uma ligação “forte” ou “muito forte” ao local onde estudam, recaíram em grande número sobre o “reside/trabalho/estudo ali há muito tempo” (28.8%) e “gosto/orgulho/pertença comunitária” (26.7%), seguindo-se a ideia de “nascer e crescer ali” (14.1%).

Já em relação aos que afirmaram que a sua ligação ao local de estudo era “pouco forte” ou “nada forte”, os argumentos apresentados passaram pela “só por motivos instrumentais/funcionais” àquele local (7.4%), seguindo-se, com percentagens muito inferiores, o facto de residirem ali há pouco tempo (2.0%) e ainda as “não gosta/não integra” (4.3%) e “reside ali há pouco tempo” (2.2%) (cf. Tabela 48).

Após a apresentação de todos os resultados obtidos, é chegado o momento de se passar à sua análise reflexiva, para que se chegue a conclusões que permitam perceber o que ali se passa, e apresentar sugestões para melhorar as condições de segurança daquela comunidade.

# Análise Reflexiva dos Resultados

---

O estudo aqui apresentado, de realização de um DLS no Funchal mediante um acordo de cooperação entre o Município do Funchal e o Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UFP), traduziu-se numa avaliação comunitária capaz de congregar um grupo de variáveis e indicadores, abrindo portas ao melhor conhecimento da região ao nível das suas necessidades e dos seus recursos, procurando-se o desenvolvimento e a implementação de uma intervenção mais orientada e eficaz. O inquérito por questionário de DLS proporcionou o aprofundamento de conhecimento sobre as especificidades da cidade do Funchal, da perceção da população local sobre a (in)segurança, a vitimação sofrida e ocorrida, as forças policiais e respetiva atuação, e a respeito da integração comunitária dos que ali residem, trabalham e estudam.

O DLS desenvolvido no Funchal permitiu aceder a informações que resultaram em aspetos que merecem ser foco de alguma atenção, já que nos possibilitam extrair algumas conclusões e sugestões práticas. Atendendo sempre ao que teoricamente é preconizado para este tipo de análises, e tendo em consideração a perceção da população local a respeito da criminalidade, da atuação policial, dos fatores que possam estar a agir como sendo de risco ou como potenciadores do crime, deve procurar-se a identificação de tópicos que requerem uma nova e mais apurada pesquisa, de prioridades de atuação, bem como de oportunidades, assim como os recursos que poderão emergir de algumas parcerias naquela comunidade.

Começamos por analisar os dados sociodemográficos: verificou-se que os 3390 inquiridos que integraram a amostra, apresentavam uma grande dispersão quanto à idade, em que jovens adultos e idosos aderiram ao inquérito num número significativo, sendo que a maioria eram sujeitos de meia-idade, entre os 30 e os 65 anos. Acresce que poucos participantes eram separados ou viúvos, havendo 80% distribuídos de forma muito simétrica entre solteiros e casados. Ao nível da escolaridade, a maioria apresentava-se com o ensino secundário, e mais de metade dos sujeitos era constituída por população trabalhadora ativa. Trata-se, portanto, de uma amostra bastante

heterogénea ao nível sociodemográfico, permitindo-nos ter opiniões, perceções e informações de uma variada gama de sujeitos do Funchal.

No que à perceção da criminalidade e (in)segurança diz respeito, cerca de 83% participantes sentem viver uma área segura, opostamente aos restantes (17%). Concentremo-nos nestes últimos, dado referirem sensação de insegurança. Na verdade, essa perceção foi explicada pelos inquiridos através da sensação de presença de crime e perigo, apontando a presença/frequência de populações desviantes, e mencionando a existência de toxicodependência e de tráfico de drogas. Quase poderíamos depreender que a existência de fenómenos como a toxicodependência e outras condutas desviantes, a par do tráfico de drogas poderão também estar associado à perceção de crime/perigo. O tipo de crime mais frequentemente identificado como ocorrente, aliás, foi primeiramente o tráfico de drogas, seguido de outros como o roubo por esticão e os assaltos a residências. Importa aqui salientar que o medo do crime se foca noutros tipos de ocorrência, recaindo sobretudo nos assaltos a residência, no roubo por esticão e na agressão física, não havendo referência significativa ao tráfico de drogas. Assim sendo, há indicadores objetivos de ocorrências criminais que não são, necessariamente, os que sustentam a perceção de insegurança e o medo do crime pelas populações, sendo exemplo paradigmático disso, a existência de tráfico de drogas, que embora mais sinalizado, não é um crime dos mais temidos por muitos. É na base desta constatação que as políticas de prevenção criminal devem, também, basear-se, pois é na dimensão subjetiva, a par da objetiva, que deve emergir a garantia de resposta àquelas que são as preocupações e as necessidades de cada comunidade.

Ainda relativamente à perceção de criminalidade e (in)segurança, alguns fatores foram apontados como sendo eventuais potenciadores/favorecedores do crime, nomeadamente, o consumo de drogas ilegais ou legais como o álcool, a existência de índices de pobreza/desemprego, a ocorrência de problemas familiares e, também, o défice de policiamento. Não sendo possível dissociar os comportamentos incívicos da ocorrência criminal e de algumas das perceções já apresentadas, algumas incividades foram também referidas pelos participantes no estudo. Especificamente, as fezes de animais de estimação na via pública, onde também se referiu a produção de ruído, a dispersão de lixo e o ato de urinar, também, em domínio público.

Na sequência da apresentação do tópico relativo à percepção de criminalidade e (in)segurança, podem apontar-se aqui os aspetos que dizem respeito à vitimação. Efetivamente, do total da amostra, 9.1% da amostra referiu ter sido vítima de crime nos últimos anos, designadamente de assalto a residência, roubo e assalto a estabelecimento comercial, originando danos essencialmente materiais. De entre as vítimas ( $n=307$ ) participantes, 37.5% não contactaram as autoridades, alegando motivos como perceberem que não teria valido a pena, por exemplo, argumentado por um número significativo daqueles que não contactaram qualquer força de controle social formal.

No referente à atuação policial, num tópico que, de certa forma, se relaciona com algumas das respostas ao tópico anteriormente apresentado, é de destacar que 25% dos inquiridos referiu considerar que os agentes policiais nunca, ou quase nunca, faziam tudo para garantir a segurança na cidade, tendo alegado razões que se prendiam com pouco patrulhamento/policiamento. Na verdade, muito próximo de  $\frac{1}{4}$  da amostra afirmou estar pouco ou nada satisfeito com o trabalho daqueles agentes, apontando, predominantemente, escassez/limitação de policiamento e inércia/ineficácia. Alguns participantes houve (10%) que apresentaram respostas e fundamentações das mesmas de forma contraditória, dando a ideia de que não estariam muito certos das suas afirmações. Mas o que parece certo é que uma parcela da população parece não identificar os movimentos de ação por parte da polícia, nem sequer os efeitos do seu trabalho em prol da segurança de todos. Ora, pode daqui depreender-se que algumas ações policiais, nomeadamente de carácter preventivo, por exemplo, poderiam ter mais impacto e visibilidade junto das populações que, ao que parece, deveria estar mais envolvida em algumas medidas a adotar, num regime de cooperação.

Vejamos, agora, alguns dos fatores que possam estar a contribuir para a ocorrência criminal e que, de uma forma ou de outra, possam até vir a ser intervencionados no sentido oposto. Recorde-se que, entre os fatores que, de acordo com a percepção das pessoas, poderiam estar a mais contribuir para a criminalidade naquela área, encontramos: pobreza/desemprego; problemas familiares; policiamento deficitário. No entanto, mais adiante durante o inquérito, entre os fatores que deveriam ser intervencionados para que se verificasse um aumento de segurança, os inquiridos referiram: mais policiamento / segurança / videovigilância / justiça mais eficaz; menos prostituição / peditórios ilegais / sem-abrigo / tráfico de drogas; reabilitação urbana /



maior quantidade e qualidade de equipamentos. Curiosamente, aqui não foram apontadas as necessidades de redução da pobreza e/ou do desemprego, na verdade, os inquiridos apontaram de imediato e em mais elevada frequência as questões ligadas ao aumento de policiamento e de meios de vigilância formal, a que acrescentaram também a reabilitação urbana. Portanto, será mais uma vez de repensar a questão do policiamento que, sendo o espelho da ação daqueles que tanto fazem para garantir a nossa segurança, parece não estar a ser suficientemente percecionada pelas populações locais. Por outro lado, é imperativo atender aos espaços urbanos e ao estado em que se encontram esses espaços, bem como os próprios edifícios, já que, tal como referem os participantes do estudo, poderiam efetivamente desencorajar algumas das ações delituosas que ali possam estar a ocorrer.

Em suma, trata-se de uma área que com reforço de algumas medidas que, suportadas cientificamente e ancoradas em instâncias que se encontram no terreno e que terão poder decisório para tanto, levem à melhoria das condições das pessoas, à redução do crime e, também, ao aumento da perceção de segurança. Nomeadamente, uma das medidas que deveria ser tomada por forma a nortear as eventuais mudanças práticas, consistiria na redação de um guia, cientificamente fundamentado e ancorado nestes resultados e conclusões, em que se estabelecessem as boas práticas a desenvolver e as boas medidas a implementar.

# Referências

---

- Azevedo, V., Nunes, L., & Sani, A. (2020). Diagnóstico Local de Segurança em comunidades urbanas: Da teoria à prática. In R. Estrada et al. (Eds.), *Crime, (In)segurança e mediatização* (pp. 153-171). Porto: Edições UFP.
- Bengochea, J., Guimarães, L., Gomes, M. & Abreu, S. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 119-131.
- Câmara Municipal do Funchal (2021). *Página oficial da CMF – O Funchal*. Disponível em <https://www.visitfunchal.pt/pt/descobrir/o-funchal.html>
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Direcção Geral de Administração Interna [DGAI] (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/dregistro?mfn=28995>
- Eckert, C. (2002). Cultura do medo e as tensões de viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In S. Minayo, & C. Coimbra (Eds.), *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ferreira, D., & Borges, J. (2020). O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: Análises de uma unidade operacional da polícia militar. *Revista Eletrônica de Administração*, 26(3), 642-672. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.298.105005>
- Fischer, R., & Green, G. (2004). *Introduction to security* (7<sup>a</sup> Ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.
- Gwardyński, R., & Zboina, J. (2021). Cross-border police operations in Poland: A case study. *European Research Studies Journal*, 24(3B), 412-420. <https://doi.org/10.35808/ersj/2492>
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency (With a new introduction by the author)*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Jeffery, R. (1999). *CPTED: past, present, and future. Paper presented in 4th Annual International CPTED Association Conference*. Ontario: Canada.

- Kapardis, A. (2010). *Psychology and law. A critical introduction* (3th Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lisboa, M., & Dias, A. (2008). *Organizações e meio envolvente: o caso do "policamento de proximidade"*. VI Congresso de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.  
<https://research.unl.pt/ws/files/11233388/659.pdf>
- Members and Committees of Congress. (2009). *Community Oriented Policing Services (COPS): current legislative issues*. Washington: Congressional Research Services.  
<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA503415.pdf>
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.
- Nunes, L., & Trindade, J. (2013). *Criminologia: trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Nunes, L., & Sani, A. (2016). *Relatório diagnóstico local de segurança estudo exploratório - pólo universitário de Asprela*. Porto: Editora Fundação Fernando Pessoa.
- Nunes, L., Sani, A., & Dinis, M. A. (2020). Diagnósticos locais de segurança no centro da cidade do Porto - Uma aposta no contexto da Psicologia Policial. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 34(1), 261-267.
- Paton, D., Violanti, J., Burke, K. & Gehrke, A. (2009). *Traumatic stress in police officers: a career-length assessment from recruitment and retirement*. Illinois: Charles C Thomas.
- Pimentel, C., Gunther, H., & Black, P. (2012). Acessando o medo do crime: Um survey por meio da internet. *Psicologia Argumento*, 30(69).  
<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/23296>
- Sani, A. & Nunes, L. (2013a). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP.
- Sani, L., & Nunes, L. (2013b). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 31(2), 185-195.
- Sani, A., & Nunes, L. (2020). Tempos modernos: (des)construções da urbe, da segurança e do policiamento. In R. Estrada et al. (Eds.), *Crime, (In)segurança e mediatização* (pp. 125-139). Porto: Edições UFP.

- Sani, A., & Nunes, L. M. (2021). Diagnóstico local de segurança. In L. Nunes & Sani, A. (2021). *Manual de Criminologia e Vitimologia* (Parte I - Criminologia, pp. 146-151). Lisboa: Pactor.
- Sani, A., Nunes, L., Azevedo, V., & Sousa, H. (2019). Campus criminal victimization among higher education students: A diagnosis of local security in Porto. *Journal of Criminal Justice Education*, 31(2), 250-266. <https://doi.org/10.1080/10511253.2019.1702219>
- Sani, A., Nunes, L., & Caridade, S. (2019). Comunidades urbanas, prevenção criminal e diagnóstico local de segurança. In J. Trindade, & F. Molinari (Org.), *Temas de Psicologia Forense: um olhar para o futuro* (pp. 335-349). Porto Alegre: Editora Imprensa Livre.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e segurança: uma análise prospectiva*. I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Para uma Estratégia de Segurança Nacional. Lisboa: Centro de Congressos de Lisboa.
- Singer, A., Chouhy, C., Lehmann, P., Walzak, J., Gertz, M., & Biglin, S. (2018). Victimization, fear of crime, and trust in criminal justice institutions: a cross-national analysis. *Crime & Delinquency*, 65(6), 822-844. <https://doi.org/10.1177%2F0011128718787513>
- Skogan, W., & Frydler, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: National Academies Press.
- Skolnick, J., & Bayley, D. (2006). *Policiamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2006). *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. New York: United Nations.

## APÊNDICE

## Cronograma do DLS do Funchal

<b>Ano 2021</b>	
<b>Planificação</b>	
Contacto CMF a solicitar reunião OPVC	12.01
1ª reunião CMF/OPVC para proposta DLS	20.01
Informação/Draft de Acordo enviado à Reitoria	01.02
1ª reunião do grupo de apoio (BI - OPVC)	04.02
Aprovação do acordo em conselho municipal CMF	11.02
Assinatura do acordo de cooperação CMF/OPVC-UFP	15.02
Preparação do Inquérito online de DLS	17 e 19.02
Período de candidaturas RH para CMF	04 a 12.03
Preparação e envio de documentação CMF	01 a 09.03
Seleção dos candidatos para aplicação do DLS	15 a 17.03
Acordar o plano de trabalhos a desenvolver pela equipa	17 a 30.03
Período de contestação do concurso (10 dias úteis)	18 a 31.03
Preparação do protocolo de investigação	29 a 31.03
<b>Implementação</b>	
Formação dos aplicadores do inquérito DLS (2 sessões/1,5h)	01.04
Submissão do protocolo de investigação à CE + reitoria	05.04
Fase experimental (ensaio do questionário online)	05 a 09.04
Recolha de dados de DLS com equipa (online e papel)	05.04 a 31.05
1ª reunião de feedback sobre a recolha de dados (aplicadores)	19.04
Contactos de feedback sobre a recolha de dados (CMF)	regular /maio
Reuniões de coordenação para prévia codificação em excel	semanal /maio
Correções e recodificação de respostas abertas em excel	semanal /junho
Revisão de codificações para importação de dados para SPSS	semanal /julho
Tratamento dos dados em SPSS e composição de resultados em tabelas	setembro
Redação do Relatório Final	N/especificado
Entrega e divulgação do Relatório	N/especificado